

**SERGIO PINTO MARTINS**

**DIREITOS FUNDAMENTAIS  
TRABALHISTAS**

2ª edição

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2015

© 2008 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2008 2. ed. 2015

Capa: Leonardo Hermano  
Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Martins, Sergio Pinto

Direitos fundamentais trabalhistas / Sergio Pinto Martins. – 2. ed. –  
São Paulo : Atlas, 2015.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-224-9370-8

1. Direito do trabalho 2. Direitos fundamentais I. Título.

08-08009  
CDU-342.7:331

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Direitos fundamentais trabalhistas : Direito 342.7:331

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

# Sumário

---

*Nota do autor, xv*

*Introdução, 1*

**1 Evolução mundial, 5**

**2 Evolução no Brasil, 33**

**3 Denominação, 38**

1 Direitos naturais, 38

2 Direitos do homem, 39

3 Direitos humanos, 40

4 Direitos fundamentais, 41

5 Liberdades públicas, 42

6 Direitos da cidadania, 43

7 Direitos individuais, 44

8 Direitos subjetivos públicos, 44

9 Outras denominações, 44

10 Constituições brasileiras, 45

**4 Conceito, 47**

- 1 Conceito, 47
- 2 Distinção, 49

**5 Teorias, 51**

- 1 Teoria jusnaturalista, 51
- 2 Teoria positivista, 53
- 3 Teoria moralista, 53
- 4 Teoria histórica, 54
- 5 Outras afirmações, 55
- 6 Teorias mistas, 56

**6 Classificação, 57**

- 1 Classificação, 57
- 2 Natureza jurídica, 62
- 3 Função, 63
- 4 Características, 63

**7 Ordem social, 65**

- 1 Ordem social, 65
- 2 Direitos sociais, 66

**8 Direitos fundamentais, 69****9 Liberdade de trabalho, 76****10 Trabalho análogo ao de escravo, 78**

- 1 Histórico, 78
- 2 Denominação, 79
- 3 Conceito, 79
- 4 Direito internacional, 81
- 5 Constituição, 83
- 6 O crime, 84
- 7 Resultados da utilização do trabalho escravo, 88
- 8 Direitos, 88
- 9 Seguro-desemprego, 90
- 10 Conclusão, 90

- 11 Não discriminação, 92**
- 12 Deficientes físicos, 106**
  - 1 Histórico, 106
  - 2 Denominação, 107
  - 3 Conceitos, 108
  - 4 Normas internacionais, 111
  - 5 Legislações, 115
- 13 Direito à vida privada, 123**
- 14 Salário-mínimo, 134**
- 15 Direito da criança e do adolescente, 140**
- 16 Saúde, 149**
- 17 Ratificação das Convenções da OIT, 156**
  - 1 Justificativa, 156
  - 2 Obrigatoriedade, 156
  - 3 Hierarquia das Convenções da OIT, 157
  - 4 Necessidade de promulgação das Convenções, 168
  - 5 Classificação das Convenções da OIT, 173
- 18 Convenção nº 143 da OIT, 180**
  - 1 Introdução, 180
  - 2 Classificação da Convenção nº 143 da OIT, 182
  - 3 Igualdade e não discriminação, 183
  - 4 Convenção nº 143 da OIT, 186
  - 5 Conclusão, 197
- 19 Dispensa arbitrária, 198**
  - 1 Convenção nº 158 da OIT, 198
    - 1.1 Introdução, 198
    - 1.2 Classificação da Convenção, 201
    - 1.3 Aplicabilidade, 202
    - 1.4 Constitucionalidade, 203

- 1.5 A Convenção nº 158 da OIT e a União Europeia, 212
    - 1.5.1 As diretivas, 212
    - 1.5.2 Espanha, 213
    - 1.5.3 França, 214
    - 1.5.4 Itália, 215
    - 1.5.5 Portugal, 215
  - 1.6 Aplicabilidade, 218
  - 1.7 Causas para a dispensa, 221
  - 1.8 Causas injustificáveis, 224
  - 1.9 Procedimento prévio, 226
  - 1.10 Recurso contra o término do contrato, 227
  - 1.11 Aviso-prévio, 231
  - 1.12 Indenização e seguro-desemprego, 232
  - 1.13 Ônus da prova, 233
  - 1.14 Dispensa coletiva, 234
  - 1.15 Notificação à autoridade competente, 235
  - 1.16 Conclusão, 236
  - 2 Denúncia da Convenção nº 158 da OIT, 238
    - 2.1 Extinção das normas internacionais, 238
    - 2.2 Denúncia, 239
      - 2.2.1 Conceito, 239
      - 2.2.2 Espécies, 240
      - 2.2.3 Forma, 240
      - 2.2.4 Contagem do prazo, 241
      - 2.2.5 Necessidade de exame pelo Congresso Nacional, 243
      - 2.2.6 Conclusão, 248
- 20 Liberdade sindical, 249**
- 1 Introdução, 249
  - 2 Histórico, 250
  - 3 Conceito, 252
  - 4 Garantias, 253
  - 5 Classificação, 255
  - 6 Sistemas de liberdade sindical, 256
  - 7 Autonomia sindical, 257

- 8 Importância, 259
- 9 Aplicabilidade, 260
- 10 Obrigatoriedade, 260
- 11 Liberdade de associação, 262

**21 Liberdade de reunião, 264**

*Conclusão*, 269

*Bibliografia*, 271

*Índice remissivo*, 279